

A crise do federalismo

Na esteira da crise econômica que afeta o Plano Real, a crise da Federação tomou corpo a partir do questionamento do poder de pressão da União sobre os demais entes federados – Estados e Municípios. A questão ganhou maior visibilidade a partir da reação do grupo de sete governadores recém-eleitos, tendo à frente o governador de Minas, Itamar Franco

Francisco de Moraes Mendes

Jornalista da Alemg

O complexo jogo de forças que hoje opõe o governo federal a Estados e municípios e ocupa a agenda política do País, com o nome de crise do federalismo, é mais um capítulo de uma longa história. Não é uma crise nova. É quase consenso que ela nasceu com o próprio modelo de federalismo adotado no País, numa oposição nunca solucionada entre o regionalismo e o centralismo fiscal. Segundo a socióloga Aspásia Camargo, o problema é que o Brasil nunca deixou de ser um país de regiões, antes de ser federativo. Este dilema chegou, sem solução, à Constituição de 1988.

Para Aspásia Camargo, um verdadeiro pacto federativo deveria começar pela regulamentação da lei complementar ao artigo 23 da Constituição Federal, que prevê mais clara a distribuição de funções entre governo federal, Estados e Municípios. As competências comuns provocam “o esbanjamento de recursos e a

superposição das ações de governo, que geram ineficiência, descontrole e déficit”.

Alguns, entre eles o economista Roberto Campos, vêem como solução para a crise, entre outras ações, “a correção das deformações do pacto federativo que, na Constituição de 1988, descentralizou receitas sem descentralizar funções e responsabilidades”.

Se até aí há um aparente consenso de opinião, ela começa a se dividir no tratamento do problema. Enquanto uns creditam o problema à voracidade fiscal da União, outros apontam Estados e Municípios como entes favorecidos pela Constituição e que hoje querem mais ainda, em detrimento da União. Estados e Municípios seriam gastadores irresponsáveis e a União, o lugar da racionalidade administrativa, ente a cujas diretrizes os demais devem submeter-se. O outro raciocínio, que distende o arco de tensão, preconiza que os Estados teriam liberdade de condução de suas políticas fora da cartilha da União.

A CRISE DO FEDERALISMO

O centro irradiador – Em sua última edição, a crise do federalismo brasileiro é marcada pela polêmica que irradia da política macroeconômica conduzida pelo governo federal, nos últimos quatro anos, para a situação crítica em que se encontram as finanças de Estados e Municípios. Na esteira da crise econômica que afeta o Plano Real, a crise da Federação tomou corpo a partir do questionamento do poder de pressão da União sobre os demais entes federados – Estados e Municípios.

Nos quatro anos do Plano Real, a manutenção da alta dos juros e as condições de renegociação das dívidas dos Estados com a União teriam levado os Estados ao atual quadro de dificuldades, já que não poderiam honrar compromissos nas condições propostas pelo governo central, em razão da retração da economia provocada pela própria política macroeconômica. A questão ganhou mais visibilidade a partir da reação do grupo de sete governadores recém-eleitos, tendo à frente o governador de Minas, Itamar Franco.

Segundo a Constituição Federal, a organização político administrativa da República Federativa do Brasil garante a autonomia dos Estados e Municípios em relação à União. A noção de crise da Federação funda-se nas imposições dos acordos de refinanciamento das dívidas dos Estados com a União e nos instrumentos utilizados pela União para retirar recursos dos Estados.

Os governadores questionam o modelo de renegociação da dívida que, como enumerou o governador gaúcho, Olívio Dutra, “amarra os

Em defesa da autonomia dos Estados

Presente ao encontro de Porto Alegre, o presidente da Assembléia de Minas, deputado Anderson Aduato (PMDB), participou das articulações para a formação da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados. O lançamento da Frente será no dia 15 de março, na Assembléia Legislativa, com as presenças de senadores, deputados federais e estaduais, vereadores e prefeitos de todas as unidades da Federação.

No mesmo dia, a Assembléia de Minas vai promover uma teleconferência sobre o tema “Desafios da Federação Brasileira”. O papel da União e dos Estados no quadro da globalização e os limites da centralização e da autonomia dos Estados são alguns dos assuntos que serão abordados pelos debatedores. A teleconferência será aberta pelo governador Itamar Franco. Atuarão como expositores o senador Roberto Requião (PMDB/PR); o deputado federal Aloizio Mercadante (PT/SP); o professor de Direito Constitucional José

Alfredo de Oliveira Baracho, da UFMG; e a socióloga Aspásia Camargo, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas e assessora especial do Itamaraty. Os trabalhos serão coordenados pelo presidente Anderson Aduato. As exposições e o debate terão transmissão ao

vivo pela Rede Minas e TV Assembleia, com a participação de telespectadores, que poderão formular perguntas por telefone ou fax. A teleconferência e o lançamento da Frente Parlamentar são parte do projeto “Minas Unida Vence a Crise”.



Encontro de lançamento do projeto “Minas Unida Vence a Crise”

governos estaduais ao projeto de privatizações, impõe o arrocho salarial dos servidores, reduz os investimentos públicos, inviabiliza programas de combate à exclusão social e impede os Estados de manterem suas instituições bancárias”.

O Fundo de Estabilização Financeira (FEF) e a Lei Complementar nº 87, de 1996, conhecida como “Lei Kandir”, são os instrumentos usados pelo governo federal para retirar recursos dos Estados. O FEF subtrai anualmente cerca de R\$2 bilhões da receita corrente dos estados e R\$ 1 bilhão da receita dos Municípios. A Lei Kandir retirou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um tributo estadual, dos produtos primários e semi-elaborados para fins de exportação, com mecanismos de compensação considerados insuficientes pelos Estados.

A manutenção da alta dos juros como mecanismo que resguardaria a moeda dos efeitos da inflação teve um efeito perverso sobre as finanças públicas: as dívidas cresceram a um ponto hoje considerado insuportável pelos governadores que formaram uma frente de oposição à políti-

ca econômica do governo federal.

No caso de Minas Gerais, o governador do Estado afirma, na Mensagem enviada à Assembléia Legislativa, na sessão inaugural da 14ª Legislatura, que a dívida pública fundada cresceu de R\$ 7,34 bilhões em 1990 para R\$ 9,298 bilhões em 1994 e para R\$ 15,464 bilhões em 1997. O crescimento foi de 66% nos três primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso. No final de 1998, a dívida atingia R\$ 18,527 bilhões, apontando um crescimento real próximo a 100% em quatro anos.

O salto dado pelo estoque da dívida fundada decorreu dos custos financeiros elevados, em consequência da política de juros altos do governo federal, um dos sustentáculos da política econômica. “Esta elevação de estoque é, portanto, o preço que a União quer que o Estado pague para sustentar a política macroeconômica do governo federal”, assinala o governador. Ainda segundo a Mensagem, as perdas resultantes da aplicação da Lei Kandir, entre 1996 e 1998, foram da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

A decretação de moratória pelo governador Itamar Franco levou a União a determinar o bloqueio dos recursos destinados a Minas Gerais. Já foram bloqueados cerca de R\$ 90 milhões.

A Carta de Porto Alegre – No dia 5 de fevereiro, os governadores de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Amapá, Acre, Mato Grosso do Sul e Alagoas reuniram-se em Porto Alegre e elaboraram a “Carta de Porto Alegre”, com nove propostas para entendimento com o governo federal.

No preâmbulo da Carta, afirmam que “os brasileiros têm pago um preço insuportável por uma aparente estabilidade monetária que (...) tem demonstrado toda a sua fragilidade”. Esta situação tem levado “ao acelerado desequilíbrio das contas externas, à corrosão das finanças públicas, ao sucateamento do mercado interno e ao desemprego crescente, fruto de um modelo econômico injusto, que fincou suas estacas na areia movediça dos capitais flutuantes e tornou o Brasil refém dos grandes especuladores internacionais, que cada vez cobram um preço mais elevado da Nação”.

Os Estados brasileiros, segundo o documento, são afetados por esse modelo com a queda da produção que reduz a arrecadação e o crescimento das dívidas no “ritmo alucinante” das taxas de juros. Os governadores afirmam também que o governo federal agrava a situação ao retirar recursos dos Estados “para atender aos compromissos macroeconômicos da União”.

Eles pedem a reforma da Lei Kandir, o fim do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e o ressarcimento aos estados de seus créditos com a União. Defendem também a revisão dos critérios de alocação de recursos orçamentários da União, para assegurar um tratamento equitativo na Federação. ■

Presidente defende rediscussão do pacto

O presidente da Assembléia, deputado Anderson Adauto (PMDB), considera o momento da crise oportuno para a rediscussão do pacto federativo. “O que somos? Somos um Estado confederado, na verdadeira acepção da palavra, ou somos um território? Se somos um Estado, vamos fazer prevalecer nossa condição. Minas e os demais Estados não são simples territórios”, afirmou.

Anderson Adauto entende

que o impasse entre Minas e a União envolve a necessidade de repactuação de direitos e deveres entre os integrantes da Federação. “A verdade é que hoje a autonomia dos Estados tem sido desrespeitada pelo governo federal, ferindo a Constituição”. A consequência mais grave disso, segundo o presidente da Assembléia, é a centralização de poderes e de receitas na União, o que empobrece os Estados e Municípios, que “hoje estão sem recursos até para suas necessidades básicas”, conclui.